

**ACTA N.º 3/2010
DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS, REALIZADA
EM 11 DE FEVEREIRO DE 2010**

----- Aos onze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente JOÃO SALGUEIRO, secretariada pelo Secretário Municipal NEUZA JOSÉ DOS REIS MORINS, achando-se presentes os Vereadores Senhores, JÚLIO JOÃO CARREIRA VIEIRA, ALBINO PEREIRA JANUÁRIO, ANABELA DOS SANTOS MARTINS, LUÍS MANUEL COELHO DE ALMEIDA E RUI AUGUSTO MARQUES DA SILVA PEREIRA NEVES, tendo faltado Vereadora Senhora RITA ALEXANDRA SACRAMENTO ROSA CEREJO. -----

----- À hora marcada e depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo sido tratados os seguintes assuntos: -----

----- **APROVAÇÃO DA REDACÇÃO FINAL DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR** – Após análise da acta da reunião anterior, foi a mesma aprovada na sua redacção final.-----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta à Vereadora Senhora Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo.-----

----- **PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO** – Tendo em atenção que a reunião foi pública, estiveram presentes os responsáveis da empresa que está a construir o hotel em Porto de Mós. O Senhor Presidente deu por iniciada a reunião concedendo a palavra ao Sr. Mário Morais, representante da Empresa. -----

----- Interveio o Sr. Mário Morais, solicitando a prorrogação da licença de construção do hotel, que terminou em Setembro, reafirmou que é intenção acabar a construção do hotel, referindo que as coisas nem sempre correm como o esperado a atender pela situação económica que se vive no país, mas não estão parados. Acrescentou que as obras do hotel nunca pararam e que tencionam terminar o hotel até porque o têm construído com recursos próprios, já tendo investido muito dinheiro, tendo feito muito investimento no terreno, sendo um projecto que irá gerar muitas mais valias para o Concelho. Referiu ainda que quando compraram o projecto não sabiam dos antecedentes. Reforça que já gastaram muito dinheiro e que têm que rentabilizar o investimento por isso solicitou mais uma vez a compreensão e colaboração do Executivo na prorrogação da licença de construção. Referiu ainda que fez um pedido de financiamento ao abrigo do protocolo do turismo que já entregou no banco e que pensa ser facilmente deferido, acrescentando que de facto necessita da renovação da Licença para a assinatura do protocolo com o Turismo de Portugal, na sequência da apresentação de referida candidatura. Voltou a dizer que quando compraram o projecto não sabiam dos antecedentes e reforçou novamente que já gastaram muito dinheiro e que têm que rentabilizar o Investimento por isso solicitou mais uma vez a compreensão e colaboração do Executivo na renovação da Licença de construção.----

----- O Senhor Presidente questionou qual o prazo que prevêem para a conclusão das obras, tendo o Sr. Mário Morais respondido que tencionam terminar o hotel até fim do ano, acrescentando que assim que for aprovado o financiamento do turismo, será mais rápido, podendo reforçar as equipas e acelerar a construção, até porque se trata de um financiamento com condições extremamente vantajosas, com um período de carência de três a cinco anos e 50% do financiamento à taxa zero. Referiu ainda que pode facultar cópia do estudo de viabilidade económica que foi feito, e do processo que entrou na banca e que entende ter todas as condições para ser aprovado em pouco espaço de tempo. -----

----- Interveio o Sr. Vereador Albino Pereira Januário referindo que admitindo que o protocolo tem sucesso e que será assinado é certo que obriga a empresa a realizar 100% da

despesa para obter os respectivos comprovativos para que obtenham uma parte da receita questionando o responsável da empresa como é que têm disponibilidade para isso. -----

----- O Sr. Mário Morais respondeu dizendo que estes protocolos obrigam a 25% de investimento próprio, sendo que cerca de 40% já está feito. O empréstimo por parte do turismo é de 60% e os outros 25% são empréstimo da banca, pelo que a parte do investimento privado está mais que preenchida.-----

----- O Sr. Vereador Albino Pereira Januário interveio questionando se não haverá alguma despesa fora da elegibilidade do projecto dado que o mesmo já se iniciou há algum tempo, tendo o Sr. Mário Morais respondido que o Turismo apoia a criação de hotéis de raiz.----

----- Interveio o Sr. Vereador Luís Almeida referindo que conhece o projecto apresentado do turismo mas refere a questão de como é que um terreno que se encontra a favor da câmara pode ser hipotecado pelo banco, dado que do empréstimo à banca resultará uma hipoteca, questionando o responsável da empresa se é mesmo assim. -----

----- Tendo o Sr. Mário Morais respondido que sim mas que apela à compreensão do Executivo, tendo em atenção o grande investimento já feito com capitais próprios, num período de grave crise económica e com um investimento com mais valias para o Concelho. -----

----- Pelo que conclui o Sr. Vereador Luís Almeida que a Câmara acaba por ficar apenas com a garantia dos duzentos e cinquenta mil euros.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara agradecendo a presença dos responsáveis da empresa que está a construir o hotel e as explicações dadas, referindo que o processo irá ser analisado, tendo em atenção todos os aspectos referidos.-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

----- **PROC.N.º 321/09- REQUERENTE – RSINOX- Serralharias Inox, Sociedade Unipessoal, Lda.** – requer admissão da comunicação prévia referente à construção de uma Industria de Serralharia Civil, no Lote 4B da Zona Industrial de Porto de Mós, freguesia de São Pedro.-----

----- Deliberado aprovar condicionado à apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial aquando do levantamento do Alvará de Licença.-----

-----**DIVERSOS**-----

----- **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO** – Presente um requerimento de José António da Encarnação, a requerer a emissão do horário de funcionamento das zero às vinte e quatro horas, para o seu estabelecimento de hospedaria, sito em Zambujal, freguesia de Alcaria.-----

----- Deliberado aprovar.-----

----- **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO** – Presente um requerimento de Fernando José Conceição Carreira, a requerer a emissão do horário de funcionamento das sete e trinta às duas horas, para o seu estabelecimento de bar, denominado “AD OK”, sito em Rua D. Fuas Roupinho, freguesia de Mira de Aire.-----

----- Deliberado deferir o pedido do horário de funcionamento das sete horas e trinta minutos às vinte e quatro horas.-----

----- **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO** – Presente um requerimento de Natália Costa Carreira, a requerer a emissão definitiva do horário de funcionamento, das oito às duas horas, para o seu estabelecimento de restauração e bebidas, denominado “Restaurante Canto da Saudade”, sito na Rua da Saudade, 18 C, freguesia de S. João Baptista. -----

----- Deliberado deferir.-----

----- **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO DE BAR, SITO NA RUA DE BAIXO, N.º 11, FREGUESIA DE JUNCAL, PERTENCENTE A NÉLIO FERNANDO CORDEIRO DA SILVA – RECTIFICAÇÃO** – Deliberado deferir o seguinte horário de funcionamento: -----

----- Das nove as vinte e quatro horas; -----
----- De Sexta-feira para Sábado, de Sábado para Domingo e Vésperas de feriado ate às duas horas. -----

----- **SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO** – Presente uma informação do Assistente Técnico, Luís Santos, no seguinte teor: -----

----- “Dando seguimento à informação 37.09 que está em anexo, venho por este meio sugerir ao Sr. Presidente que o sinal de Estacionamento Proibido que foi colocado do lado direito da rua que faz a ligação entre a Rua Sá Carneiro e a Estrada Nacional 243 em Porto de Mós junto ao Banco Santander Totta, seja novamente levado a reunião de executivo para nova homologação definitiva e não provisória como até agora. -----

----- Como se pode comprovar na referida informação 37.09 o sinal foi lá colocado para vigorar enquanto as obras de beneficiação da ponte estivessem a decorrer, agora que estas já terminaram e pelo facto de a limitação do estacionamento nesse local se veio a provar ser muito útil, melhorando em muito a normal circulação rodoviária nessa zona, sugiro então a Vossa Exa que a Proibição se mantenha para o futuro. -----

----- Sem mais de momento, deixando para analise e decisão de Vossa Ex.a.” -----

----- Deliberado aprovar. -----

----- **RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES NECESSÁRIOS À OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL APROVADO PARA O ANO DE 2010** – Presente uma informação do Presidente da Câmara, Senhor João Salgueiro, no seguinte teor: -----

----- “Estabelece a Lei nº12-A /2008 de 27 de Fevereiro, na sua adaptação à administração autárquica, através do Decreto-Lei nº209/2009 de 03 de Setembro, no seu artigo 4.º nº1, no que respeita às competências em matéria administrativa dos respectivos órgãos, que o recrutamento deverá ser precedido de aprovação do órgão executivo. -----

----- Proponho a abertura dos seguintes procedimentos concursais, para ocupação de lugares previstos, no mapa de pessoal aprovado em Assembleia Municipal do 18/12/2009. -----

----- Procedimento concursal comum para a constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, para as seguintes categorias: -----

----- Um Técnico Superior (1 Engenheiro do Ambiente), para a Divisão de Serviços Municipais e Ambiente; -----

----- Cinco Assistentes Operacionais (3 Pedreiros, 2 Jardineiros e 1 Calceteiro), para a Divisão de Serviços Municipais e Ambiente. -----

----- Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado, por 12 meses: -----

----- Um assistente operacional (Cantoneiro de Arruamentos), para a Divisão de Serviços Municipais e Ambiente; -----

----- Um Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais), a tempo parcial, para a Divisão Sócio Cultural e Desportiva – Gabinete da Cultura e Turismo – Bibliotecas (Juncal). -----

----- Face ao exposto solicito ao órgão executivo a sua aprovação.” -----

----- Deliberado aprovar. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS** -----

----- **TESOURARIA** – A Câmara tomou conhecimento do movimento dos fundos, por intermédio do Resumo Diário da Tesouraria.-----

----- **COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SERRO VENTOSO** – Presente uma carta da Fábrica da Igreja Paroquial de Serro Ventoso, a solicitar uma comparticipação financeira, destinada a fazer face às despesas com a construção de um Salão Pastoral no lugar de Chão das Pias.-----

----- Deliberado atribuir o apoio financeiro no montante de dez mil euros, mediante a celebração de protocolo conjunto.-----

----- Mais foi deliberado, aprovar o protocolo e autorizar o Presidente da Câmara a outorgar o mesmo.-----

----- Foi deliberado ainda, que a verba só será desbloqueada após o cumprimento formal do respectivo licenciamento.-----

----- **COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. JOÃO (CONFRARIA DE S. MIGUEL)** – Presente uma carta da Fábrica da Igreja Paroquial de S. João (Confraria de S. Miguel), a solicitar uma comparticipação financeira, para o ano de dois mil e dez, destinada a fazer face às despesas com a manutenção do moinho, sito no Bairro de S. Miguel.-----

----- Deliberado atribuir o apoio financeiro no montante de mil e quinhentos euros.-----

----- **OCORRÊNCIAS E REFORÇOS EM INCÊNDIOS DISTRIBUÍDAS PELO 3 CORPOS DE BOMBEIROS** – Presente uma informação do Técnico Florestal, Eng. Nuno Gonçalves, no seguinte teor:-----

----- “Tendo por base os dados fornecidos pelo Corpos de Bombeiros a distribuição das ocorrências pelos Corpos de Bombeiros foi a seguinte:-----

Bombeiros Voluntários de Porto de Mós	106 Ocorrências	46,903 %
Bombeiros Voluntários de Mira de Aire	46 Ocorrências	20.354 %
Bombeiros Voluntários do Juncal	74 Ocorrências	32.743 %
Total	226 Ocorrências	100 %

----- De acordo com esta distribuição e considerando uma verba disponível de 100.000€ para apoio aos Corpos de Bombeiros. Propõe-se a seguinte distribuição:-----

----- 50 % Distribuída equitativamente pelos 3 Corpos de Bombeiros (16.666,67€) cada para despesas de manutenção.-----

----- Os restantes 50 % distribuída em função do nº de ocorrências + reforços (Incêndios):-----

Bombeiros Voluntários de Porto de Mós	$16.666,67 + 23.451,33 = 40.117,99 \text{ €}$	3.343,17 € / Mês
Bombeiros Voluntários de Mira de Aire	$16.666,67 + 10.176,99 = 26.843,66 \text{ €}$	2.236,97 € / Mês
Bombeiros Voluntários do Juncal	$16.666,67 + 16.371,68 = 33.038,35 \text{ €}$	2.753,20 € / Mês

----- Total 100.000,00€-----

----- Pelo que deixo à consideração de V. Ex^a. a decisão.”-----

----- Deliberado concordar com a informação e atribuir os apoios financeiros propostos.-----

----- Todas as deliberações que não tenham qualquer anotação foram aprovadas por unanimidade. -----

----- De modo a permitir a sua imediata execução, a Câmara resolveu aprovar a Acta em Minuta no final da Reunião.-----

----- **ENCERRAMENTO** – E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas, da qual para constar, se lavrou a presente Acta.-----

